

POLÍTICAS REGIONAIS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ALTERAÇÕES DE UNIDADES DE PAISAGENS NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE¹

Tereza Cristina C. de Souza Higa²

Resumo

Neste trabalho procurou-se fazer, sob a perspectiva do enfoque regional geográfico, a análise ocupacional de parte da Amazônia Mato-grossense, tomando como referência de observação a unidade de paisagem e a produção de seu espaço no contexto regional. É dada ênfase ao avanço da ocupação agropecuária, aos desmatamentos generalizados e, às suas conseqüências ambientais, expressas, sobretudo, pela fragmentação das unidades de paisagens.

Abstract

This work is a result of an agricultural occupation analysis on part of the Amazon forest located in the state of Mato Grosso, Brazil. The studies were done under a regional geographic perspective, tacking a unit of landscape and its regionally contextualized production as a reference for the observations. The work shows the progressive grass land and agricultural occupation and the generalized clearance as well as their consequences and impacts on the environmental resulting in the fragmentation of the landscape units.

Introdução

A crescente pressão antrópica sobre os domínios biogeográficos, aliada ao avanço da tecnologia e à restrita ação das instituições envolvidas na política de uso e preservação do meio, tem-se constituído em agente

¹ Análise apoiada em parte da tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – FFLCH - Departamento de Geografia, para obtenção do título de doutora em Geografia.

² Professora Dr^a. do Departamento de Geografia – ICHS – UFMT.

propulsor das alterações biogeográficas generalizadas, observadas nas últimas décadas, nos diversos continentes.

Os problemas decorrentes de formas agressivas de produção do espaço, embora de ocorrência global, têm assumido proporções mais graves nos países pobres ou que buscam atingir o desenvolvimento, os quais quase sempre são alvos da exploração, do uso abusivo e de práticas danosas aos seus territórios, de um lado, por parte das grandes potências econômicas, que buscam insaciavelmente maior lucro e, do outro, por milhares de trabalhadores, que lutam pela sobrevivência.

A ação ocupacional e exploratória destas duas correntes antagônicas de interesses se exprime de forma associada sobre as paisagens, as quais, se ultrapassados seus limites de suporte ocupacional, em que é possível a manutenção da biodiversidade, incluindo a sociedade humana e sua sustentação, apresenta sérios problemas, muitos dos quais, de difícil recuperação e, às vezes, até irreversíveis.

Neste contexto, a Amazônia Mato-grossense, que foi transformada em dinâmica área de fronteira agropecuária, desponta como uma das mais atingidas pelo processo ocupacional recente, onde a ação dos inúmeros programas de incentivos regionais, implantação de grandes rodovias, proximidade com o centro sul do país de economia mais dinâmica e o preço relativamente baixo da terra, conduziram e facilitaram o acelerado processo de incorporação de novas áreas ao sistema produtivo, causando inúmeros transtornos para o meio, como a remoção de extensas áreas de vegetação natural, que foram substituídas por pastagens, monoculturas e implantação de vilas e cidades.

Em razão do modelo adotado de expansão do capital no Brasil, que privilegiou, a partir da década de 1930, o setor urbano industrial, a Amazônia Mato-grossense manteve-se, até a década de 1960, à margem do processo de expansão ocupacional brasileiro, situação esta que foi gradativamente invertida com a construção da Capital Federal no Planalto Central e, à medida que foram implantados os programas de incentivos regionais coordenados pela SUDAM E SUDECO e, construídas as grandes rodovias.

Assim, durante a década de 1970, teve início a implantação dos primeiros grandes projetos de colonização na Amazônia Mato-grossense, o que foi intensificado após a divisão do Estado, em 1978. O sucesso destes projetos de colonização é evidenciado pelo expressivo surgimento de vilas e cidades e, conseqüentemente, pela criação de novos municípios. Desta forma, Mato Grosso, que, em 1978, contava com 34 unidades municipais, totaliza hoje 142 municípios, com incidência expressiva na área amazônica.

Este rápido processo ocupacional se deu e ainda se dá a um custo bastante elevado para o ambiente, pois milhares de hectares de florestas vêm sendo derrubados, cabeceiras de rios desprotegidas e garimpos explorados irregularmente, com sério comprometimento para a biodiversidade regional. A implantação rápida e crescente de vilas e cidades, sem planejamento prévio e infra-estrutura básica, também acarreta sérios problemas em toda área de avanço da fronteira agropecuária, particularmente no centro e no norte do Estado.

As alterações advindas do processo ocupacional que surgem e se agravam na Amazônia Mato-grossense têm evidenciado a necessidade de intervenções do poder público, através de uma política eficaz de educação, fiscalização e reorientação da prática ocupacional das áreas já integradas ao processo produtivo, bem como o planejamento de inserção de novas áreas ao sistema, dentro de uma perspectiva sustentável.

A urgência em apontar soluções para a grande variedade de problemas que surgem a cada momento tem levado os pesquisadores à elaboração de diagnósticos detalhados sobre as condições físicas e sócio-econômicas referentes às áreas afetadas e arredores, documentos estes que, posteriormente, são utilizados como suporte para a tomada de decisões e implementação de ações.

Embora, normalmente, os diagnósticos elaborados contemplem uma grande variedade de informações, constata-se que as propostas de enfrentamento das questões ambientais quase sempre se resumem ao combate de algumas conseqüências parciais do problema analisado, atingindo, assim, apenas alguns aspectos envolvidos, particularmente aqueles que se manifestam espacialmente no local, como os relacionados aos fatores físicos e biológicos, principalmente os que têm influência negativa

nas atividades produtivas da sociedade.

Os valores sociais, culturais e econômicos das comunidades envolvidas, bem como os paradigmas dominantes que norteiam a política de produção do espaço em termos regionais e locais, são costumeiramente escamoteados ou pouco valorizados no processo de análise e busca de soluções operacionais.

Desta forma, a abordagem sobre as alterações do meio tem-se voltado para o enfoque da natureza tomada como um objeto ou recurso que pode ser explorado, moldado, recuperado e reorganizado a partir do emprego de recursos tecnológicos e sofisticadas técnicas de manejo. Nesta perspectiva, o eixo da questão é transferido de posição, pois é ignorado o papel das relações sócio-econômicas e culturais e é enfatizado o objeto que sofre a ação, ou seja, o meio físico-biológico.

A relação sociedade-natureza, apesar de inerente à condição humana e, de se constituir em estratégia de sobrevivência para os povos, é moldada pelos valores e paradigmas da sociedade, cujos reflexos se fazem sentir sobre as paisagens, o que permite afirmar que as paisagens podem contar a história do homem enquanto ser social, inserido em uma comunidade.

Neste contexto, os objetivos buscados no desenvolvimento do trabalho podem ser resumidos nos seguintes itens:

Proceder, sob a perspectiva do enfoque regional geográfico, à análise ocupacional de parte da Amazônia Mato-grossense – município de Nova Canaã do Norte, tomando, como referência de observação e análise, a Unidade de Paisagem e a produção de seu espaço no contexto regional.

Analisar a evolução do processo de ocupação antrópica e suas conseqüências para o equilíbrio do meio, expressas pela fragmentação das unidades de paisagens e quebra dos vínculos funcionais com as unidades vizinhas.

Abordagem Metodológica

O processo de divisão internacional da produção e do trabalho tem dinamizado as relações sócio-econômicas vigentes, provocando a integração

das mais diferentes áreas do globo à economia de mercado, independentemente da distância dessas áreas aos centros consumidores. Assim, uma área longínqua da Amazônia, ainda que aparentemente de pouca importância, tem um papel a cumprir numa economia mundializada.

Em decorrência desse processo, em que uma dada área é submetida à ação concomitante de múltiplos fluxos, provenientes dos mais diferentes mercados consumidores do mundo, a análise das características e da própria dinâmica da produção do espaço, inclusive suas conseqüências ambientais, é melhor compreendida, se analisada sob a perspectiva regional.

Na realização deste trabalho, optou-se pelo método de análise regional, como forma de melhor conhecer, analisar e avaliar o contexto responsável pela produção do espaço de uma dada área, inclusive sua situação ambiental, tomando-se, como referência, parte do município de Nova Canaã do Norte na Amazônia Mato-grossense.

Como os desequilíbrios do meio se expressam de forma clara através das alterações provocadas nas unidades de paisagens, estas unidades, bem como os fatores físicos, biológicos e ocupacionais que as caracterizam, assumiram, igualmente, papel de destaque na complementação da análise regional, pois representam o foco sobre o qual as políticas ocupacionais de interesse regional são operacionalizadas.

Ao se buscar informações e dados visando a conhecer e a analisar o contexto regional e mega-regional com o qual se relaciona o processo ocupacional de uma área específica, partiu-se do pressuposto de que, embora as características locais sejam imprescindíveis para a análise da produção do espaço, esta, só pode, efetivamente, ser compreendida, se analisada a partir de uma abordagem regional.

Destaca-se que a idéia de região adotada neste trabalho refere-se a uma área diversificada, transitória, moldada pelo conjunto de interesses sociais, econômicos e políticos com os quais se articula de forma local, nacional, continental e até mundial. A região, entendida sob este prisma, consiste, verdadeiramente, em referencial de análise e explicação de particularidades locais no contexto mundial. Sobre este aspecto, Lencione afirma que “a escala regional, como escala intermediária de análise, como

mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais”.³

Nesta perspectiva, a linha condutora da realização deste trabalho foi respaldada na análise crítica sobre os fatores de expressão regional atuantes na produção do espaço, assim como sobre os fatores de caráter local, que são receptáculos imediatos das conseqüências dos processos sócio-produtivos. Em outras palavras, buscou-se a compreensão das particularidades da produção do espaço geográfico no contexto dos interesses político-econômicos regionais.

Com o objetivo de se definir os reais fatores que determinam as modalidades e o ritmo ocupacional da área estudada, procurou-se inserir o processo de ocupação local no bojo da ocupação regional, o que foi possível mediante o levantamento e análise de dados e informações pertinentes à dinâmica ocupacional e produtiva da área e, suas relações com as políticas vigentes no Estado, que, por sua vez, respondem aos estímulos e determinações ditados pelos interesses da economia globalizada.

Diante do exposto, fica evidente que o conceito de região utilizado não pode ser simplesmente a de um espaço diferenciado, facilmente mensurável e identificável, ao contrário, admite-se que os fatores que configuram uma região, nem sempre são perceptíveis e objetivos, porém definem uma rede de poder política e econômica, cujos efeitos se fazem sentir sobre um dado território; logo, a região tem conotação territorial. Em outras palavras, conforme afirma Paulo César Gomes. ... “na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política vista sob um ângulo territorial”.⁴

Dentro desta perspectiva de análise, buscou-se conhecer a extensão dos efeitos desta rede de poder e a forma como se comporta frente às diferenciações sociais, culturais, físicas e biológicas localizadas, com as quais se depara no processo de regionalização, a exemplo da área específica

³ LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia – Uma Introdução ao Estudo da Noção de Região. Tese apresentada para o concurso de Livre-docência. USP. SP.1997. p. 246.*

⁴ GOMES, Paulo César daC. “O Conceito de Região e Sua Discussão”, in Castro, Iná E. de. Gomes P. C. da C. e Corrêa, R. L. (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas. RJ. Bertrand do Brasil. 2ª edição. 1999. p.72.*

deste estudo na Amazônia Mato-grossense.

Desta forma, procurou-se fazer o levantamento e a análise de uma série de dados, considerando-se, não apenas a área limitada da pesquisa, mas toda a região de fronteira agropecuária de Mato Grosso e, na medida do possível, suas relações com todo o Estado, com os principais centros produtivos do país e mesmo outros mercados mais longínquos.

A análise evolutiva das alterações ocorridas nas unidades de paisagens foi efetivada através do processo de mapeamento da ação antrópica local e da cobertura da terra para cada unidade previamente definida. Neste processo, foram utilizadas, como principais ferramentas e fonte de informações, as imagens MSS, *Multispectral Scanner*, relativas ao ano de 1978 e as imagens TM, *Thematic Mapper*, relativas aos anos de 1987, 1995 e 1999.

Aspectos da Produção do Espaço Local no Contexto Regional

Na realização deste trabalho, voltado para a compreensão da situação ocupacional e de suas conseqüências para o equilíbrio biogeográfico, considerou-se a produção do espaço local a partir do contexto regional, o que permitiu o conhecimento sobre a evolução e a situação atual da pressão antrópica na área estudada e seu entorno, bem como, constatou-se que a pressão antrópica exercida localmente tem sua origem e é definida por interesses econômicos distantes.

Nesta perspectiva, a análise realizada tomou como referência as alterações impressas na paisagem, decorrentes da ação antrópica efetivada ao longo do processo histórico e social, que conduziu a marcha ocupacional na Amazônia Mato-grossense. Assim, não se enfatizou apenas os aspectos relativos à degradação das unidades de paisagens, mas também os processos sócio-econômicos regionais ditados pelos paradigmas dominantes responsáveis pela produção do espaço local.

Ressalta-se, com relação à pressão antrópica, que a população da área estudada, como também a da Amazônia mato-grossense em sua totalidade, não representa, em função de seu tamanho absoluto e de sua densidade, um fator que possa ser responsabilizado pelo atual nível de

exploração da natureza, pois o que é produzido na área extrapola as necessidades dos habitantes locais, a exemplo do que ocorre com a produção de carne e a exploração de madeira.

A rigor, as principais atividades econômicas da área de estudo e, da maior parte da Amazônia mato-grossense, representada pela pecuária de corte e a exploração madeireira, são atividades desenvolvidas, não com o propósito primordial de favorecer e melhorar o nível de vida da população local, mas sim, como meio de favorecer o acúmulo do capital em outras áreas do país e mesmo de grupos estrangeiros.

Como a atividade pecuarista na região é quase sempre semi-intensiva, absorve, em geral, pouca mão-de-obra e esta, em muitas áreas, é trazida de fora, gerando, portanto, pouca oportunidade de trabalho para a população local. O ganho da população, em geral, se resume ao maior incremento do comércio varejista das cidades regionais. Em relação aos municípios, segundo informações obtidas junto a algumas prefeituras, os ganhos, no caso, advém da cobrança de impostos.

Com relação à exploração madeireira, os fluxos estabelecidos em relação à comercialização são complexos e não têm um acompanhamento sistematizado relativo ao destino final da madeira. Sabe-se que parte considerável da madeira explorada no extremo norte de Mato Grosso sai dos municípios de origem na forma de tora bruta, tendo como principais destinos as madeireiras dos municípios de Itaúba, Sinop e Várzea Grande, onde são beneficiadas.

Destes municípios, a madeira continua sendo comercializada, em sua maior parte já serrada, laminada ou na forma compensada e, na atualidade, raramente ainda na forma de toras, tendo como destino, mercados de quase todo Brasil, mas principalmente São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo a FIEMT, algumas empresas de Mato Grosso fazem a exportação direta para inúmeros países, destacando-se como grandes compradores os Estados Unidos, a Argentina, o Reino Unido, a Bélgica, a França, a Alemanha e a China. É importante ressaltar que parte das exportações da madeira de Mato Grosso é feita por empresas sediadas em outros Estados, principalmente São Paulo e Paraná.

Neste contexto, em que a pressão antrópica sobre a natureza local tem origem em interesses regionais longínquos, a defesa da preservação do meio depende, sobretudo, de uma legislação forte que imponha regras disciplinadoras com relação à extensão das áreas ocupadas, às áreas de exploração madeireira, bem como em relação às técnicas de manejo do meio. Há necessidade, também, de que a população local seja sensibilizada sobre os valores ambientais, de tal forma que possa constantemente fiscalizar e denunciar formas abusivas de exploração da natureza.

A unidade de paisagem, por corresponder a um sistema que, em condições naturais, se encontra em equilíbrio, constitui-se em referencial eficaz que possibilita a identificação do nível máximo de pressão antrópica suportável, acima do qual há comprometimento da manutenção das condições mínimas, necessárias ao pleno desenvolvimento das espécies animais e vegetais, inclusive condições saudáveis para a vida humana.

Por sua vez, a ação antrópica, se constitui no principal elemento da dinâmica e alteração das paisagens, provocando, inclusive, sua descaracterização, em função da extensão do processo ocupacional. O papel da ação antrópica é ainda mais expressivo quando analisado como agente responsável pelas modificações na estabilidade, não só na unidade em que incide, mas também nas unidades em seu entorno, em razão da quebra dos vínculos funcionais, estabelecidos com as unidades adjacentes.

A idéia de equilíbrio do meio passa necessariamente pela utilização racional da natureza, em que o uso da terra de uma determinada área deve sempre ser feita, não só considerando o local específico da ação, mas também as áreas adjacentes, ou seja, deve haver respeito para com os vínculos existentes entre as diferentes áreas, os quais são mantenedores das comunidades locais, particularmente, de seus níveis tróficos.

O rompimento destes vínculos e, a conseqüente quebra da estrutura básica de sustentação biológica local, cujos reflexos se estendem para as áreas vizinhas, são responsáveis por muitos dos atuais problemas que afetam inúmeras comunidades humanas. A lista de problemas oriundos ou relacionados ao mau uso do meio é praticamente imensurável e variável conforme as condições físicas sociais e ocupacionais de cada local.

Em áreas de características mais rurais, particularmente se situadas em domínios florestais, como a analisada neste trabalho, um dos fatores que mais caracterizam as unidades de paisagens é exatamente a cobertura vegetal, que, ao ser removida, por menor que seja o desmatamento, começa a desencadear uma série de alterações ambientais provocando o início do processo migratório ou extermínio da fauna, perda de biomassa, queda da fertilidade do solo, dentre muitos outros.

Entre os efeitos dos desmatamentos que afetam diretamente o homem está o crescimento exagerado de algumas espécies de insetos como: gafanhotos, que têm destruído milhares de hectares de plantações, proliferação de muitas doenças, como a febre amarela silvestre, alterações climáticas e muitas outras.

No caso da Amazônia, é preciso considerar que o modelo adotado e, incentivado pelas políticas públicas foram decisivos para a concretização da situação hoje vigente, caracterizada pela grande empresa agropecuária, pelos imensos desmatamentos e queimadas, pela exploração madeireira incontrolável e pelos sistemas de monocultura, com destaque absoluto para a pecuária. Trata-se de um modelo ocupacional que certamente não é o adequado para o complexo e pouco estudado domínio biogeográfico amazônico, o qual, de acordo com muitos especialistas, não deveria ter suas matas derrubadas para a formação de pastagens e culturas de ciclo curto em geral.

No processo de ocupação e conseqüentemente, de desmatamento da Amazônia, a ação dos órgãos governamentais de gerência e fiscalização ambiental tem sido pouco expressiva, em razão principalmente da extensão da área a ser gerenciada, da falta de infra-estrutura básica operacional e da flexibilidade da legislação vigente. Estes fatores em conjunto têm sido decisivos para que unidades e mais unidades de paisagens sejam desmatadas, independente de estarem interligadas ou não e, da significância física e biogeográfica que possam representar no contexto geral.

Muitos são os efeitos, facilmente observáveis, decorrentes da forte pressão antrópica sobre as paisagens, destacando-se dentre eles o esfacelamento das unidades, o que resulta na subdivisão de suas características básicas.

A paisagem foi considerada fragmentada quando, em função do processo intenso de ocupação, veio a ocorrer o isolamento de pequenas áreas de vegetação primitiva isolando espécies e quebrando vínculos entre as diversas comunidades distribuídas na área, ocasionando a queda do número de indivíduos por espécies ou mesmo a extinção de algumas e, conseqüentemente, provocando o desequilíbrio dos ecossistemas locais.

Ressalta-se que embora haja dispositivos legais que disciplinam o processo de desmatamento, limitando a área máxima possível em que o mesmo pode ocorrer, bem como indicando as áreas que não devem ser desmatadas, o que na prática se constata é a ocorrência de desmatamentos abusivos, sem planejamento e controle.

No entanto, essas áreas de preservação previstas em leis consistem em estruturas que, se estrategicamente planejadas com o objetivo de compor um sistema interligado e, não mosaicos desconexos, poderiam vir a representar uma saída eficaz de manutenção das condições mínimas de qualidade ambiental, naquelas áreas que, necessariamente, precisam ser incorporadas ao sistema produtivo de base agropecuária. Não se trata de defender o modelo de ocupação agropecuária para a Amazônia, mas desde que esta modalidade ocupacional seja efetivamente instalada, que sejam reduzidos os impactos.

Estudos realizados sobre fragmentação de habitats e ecologia da paisagem⁵ têm evidenciado a necessidade de interligação ou continuidade entre as áreas de preservação, sendo de pouca significância a preservação de áreas isoladas na manutenção da biodiversidade, principalmente quando se trata da manutenção de comunidades faunísticas.

O esfacelamento das unidades de paisagens constitui-se em uma das facetas mais graves do processo ocupacional, pois, mesmo que haja respeito à legislação florestal e que em todas as propriedades venha a existir uma área

⁵ Inúmeros trabalhos têm sido desenvolvidos sobre a questão da fragmentação de habitats e paisagens, em decorrência do avanço das atividades agropecuárias. Nestas pesquisas, têm sido ressaltados os efeitos negativos do processo, principalmente para a fauna, em razão do corte na cadeia trófica provocada pelo isolamento de áreas. Maiores detalhes podem ser obtidos nos trabalhos de MEFFE, G K; CARROLL R.C. *Principles of Conservation biology*. Sunderland, Sinauer. 1994. FORMAN, R. T. T. GODRON, Michel. *Landscape Ecology*. John Wiley e Sons. New York.1986.

de reserva florestal, a importância destas áreas e sua eficaz contribuição para a preservação ambiental local e regional apenas dar-se-ão se houver interligação da área preservada de cada propriedade com as áreas de preservação dos estabelecimentos rurais vizinhos, formando um corredor de circulação para a fauna, o que também garantiria, ao longo deste corredor, a manutenção da vegetação primitiva.

Embora a interligação das áreas de preservação seja importante como estratégia de manutenção e equilíbrio do domínio florestal amazônico, ainda assim não é suficiente para garantir a efetiva utilização sustentável do meio. Na realidade, há necessidade de adoção de uma ampla política ocupacional de cunho sustentável, que extrapole a esfera da proteção ambiental e a recuperação de áreas degradadas e valorize o potencial local, viabilizando formas de exploração compatíveis com a vulnerabilidade do meio, ao mesmo tempo em que oportunize a elevação do nível de vida das populações da área.

Análises realizadas sobre as formas de uso da terra na Amazônia têm evidenciado a não-adequação da atividade agropecuária ao meio, a qual, em razão, principalmente, dos imensos desmatamentos que acarreta, tem provocado as mais graves alterações no domínio amazônico, ao mesmo tempo em que pouco tem contribuído para a superação do estado de pobreza extrema, em que vive expressiva parte de sua população.

É preciso pensar novos valores no âmbito ocupacional, que atendam a duas condições básicas: qualidade de vida da população e manutenção da biodiversidade. Qualidade de vida implica em sustentação econômica; logo, é preciso admitir formas de utilização produtiva na área amazônica que assegurem níveis de vida dignos para a população e, que sejam compatíveis com a manutenção da biodiversidade.

Estudos sobre a Amazônia têm contribuído com sugestões de adoção de políticas ocupacionais de base econômica, compatíveis com a necessidade de preservação ambiental, dentre as quais se considerou, como mais viáveis para a área estudada e seu entorno as seguintes: programas de turismo, programas de pesca sustentável, exploração madeireira controlada, exploração de frutos nativos, exploração de produtos medicinais, exploração mineral com base tecnológica moderna, cultivo de espécies frutíferas

arbóreas e atividade agropecuária em sistema intensivo, restrito a algumas áreas.

Além disso, há necessidade de uma rígida política de controle do avanço da atividade agropecuária e de recuperação de áreas degradadas ou intensamente alteradas visando ao restabelecimento dos vínculos estruturais e funcionais entre as diferentes unidades de paisagens.

Considerações Finais

Ao longo da história evolutiva das sociedades, sua relação com a natureza foi modificada gradativamente sempre em consonância com os paradigmas vigentes: as comunidades primitivas acreditavam e, portanto, se sentiam como parte integrante da natureza; as idéias cristãs e o humanismo colocaram o ser humano no centro do universo, desassociando-o da natureza, que foi tomada como objeto inferior, a existir apenas para lhe ser útil e proporcionar riqueza; no mundo moderno e, mais ainda, no contemporâneo, movido pela crença absoluta no poder regenerador da ciência e da tecnologia, as sociedades têm efetuado as mais graves agressões à natureza.

No transcorrer de todo este processo, as paisagens naturais foram gradativamente sendo modificadas refletindo, a cada momento o arranjo das interações entre os processos sócio-econômicos e o ambiente local. Em outras palavras, as paisagens apresentam especificidades e nuances em função da pressão antrópica sofrida, exercida pelos interesses de grupos econômicos e sociedades consumidoras. As alterações ambientais representam a reação da paisagem à pressão exercida além do suporte admitido pelos condicionantes físicos locais.

Dessa maneira, na área estudada, as modificações ocorridas nas paisagens consistem em respostas aos interesses econômicos de mercados, muitos dos quais, longínquos, a exemplo de mercados asiáticos, europeus, norte-americano e mesmo de países vizinhos que são consumidores da madeira amazônica. Da mesma forma, os desmatamentos para formação de campos de pastagens estão também voltados para o atendimento da demanda de mercados consumidores do sul do Brasil e de outros países.

Por outro lado, a população local e mesmo o poder constituído não

têm apresentado, praticamente, nenhum tipo de reação organizada e objetiva a estas formas de produção do espaço e exploração da natureza. Ao contrário, percebe-se que, muitas vezes, estas formas de ação antrópica são consideradas evidências de progresso e crescimento do município.

Em termos gerais, o sistema produtivo local apresenta características que não guardam relações com o nível de vida e tradições da população rural, que habita os municípios do norte de Mato Grosso. Assim, a atividade agropecuária, particularmente a grande produção, é desenvolvida com manejo e tecnologia moderna e emprego de grande capital, o que viabiliza a otimização produtiva e, conseqüentemente a manutenção e a ampliação dos fluxos comerciais.

O espaço local é, portanto, produzido para o regional, o qual não se configura com limites e extensão precisos. A região vista nesta perspectiva não apresenta uma dimensão rígida; seus limites são traçados a cada momento pelos fluxos econômicos estabelecidos e modificados em função de interesses comerciais mais lucrativos.

A região, na qual se insere a área estudada, se projeta em várias direções através do relacionamento comercial com sociedades consumidoras de vários cantos do mundo, as quais, em última instância definem a forma e o ritmo da produção do espaço local e, conseqüentemente, a relação sociedade-natureza. Desta forma, os desmatamentos seletivos, voltados para a exploração madeireira, atendem os me

Embora com limites abertos, a região possui um foco que lhe caracteriza e dá personalidade. Esta área-foco é também o receptáculo dos fluxos econômicos que, na forma de pressão antrópica definem, a produção do espaço local. Assim, a região, objeto desta a

Embora com limites abertos, a região possui um foco que lhe caracteriza e dá personalidade. Esta área-foco é também o receptáculo dos fluxos econômicos que, na forma de pressão antrópica definem, a produção do espaço local. Assim, a região, objeto desta análise, incide na Amazônia Mato-grossense, que é o seu foco; todavia, o processo de produção de seu espaço tem sido efetivado por grupos e interesses externos; logo, esta região sustenta fluxos econômicos, que lhe permite conectar-se a muitas outras

áreas do planeta, fluxos estes que garantem a expansão regional e a condição de área globalizada, condição esta que, necessariamente, precisa ser considerada na análise localizada.

Mesmo estando submetida a pressões externas, inclusive provenientes de outros países, a região integra um território, ou seja, trata-se de uma área sob jurisdição e administração de um Estado Nacional, ao qual compete definir e fiscalizar regras relativas à produção do espaço, inclusive a relação sociedade-natureza.

Assim, um espaço integrado à economia mundializada, como o da Amazônia Mato-grossense, não é um espaço internacionalizado, cabendo ao Estado regulamentar a forma de desenvolvimento do processo de produção do espaço e sua preservação. Desta forma, a responsabilidade, sobre grande parte das alterações ambientais, é do governo e, estão relacionadas à capacidade de este Governo gerir seu território e o patrimônio do povo que representa.

No geral, constatou-se que as condições ambientais atuais da área estudada são, efetivamente, o reflexo de toda pressão sofrida nos últimos anos, desencadeada por interesses diversos, nacionais e internacionais, porém sempre com anuência do poder público, que estimulou o processo ocupacional da Amazônia, não estabeleceu normas de preservação específicas e compatíveis com a área e tão pouco foi rigoroso com o cumprimento das normas previstas na legislação geral de preservação ambiental vigente.

Bibliografia

AJARA, César. A. (Re)valorização do espaço Geográfico no contexto de (Re)definição de um Projeto Geopolítico Nacional: Um Foco sobre o Confronto de Territorialidades na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. RJ. 54(4): 49-59. IBGE. 1992.

ALMEIDA, J. Ribeiro et al. Planejamento ambiental. RJ. Thex editora. 1993

ANDRADE, M. C. de. O Brasil e a América Latina. SP. Editora Contexto. 1994.

- BECKER, Berta. Geopolítica da Amazônia. RJ. Ed. Zahar. 1982.
- BECKER, Berta. Fragmentação do Espaço e Formação de Regiões na Amazônia. Um Poder Territorial? *Revista Brasileira de Geografia*. RJ. 52(4) 117 – 126. 1990.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global - Esboço Metodológico. SP. *Caderno de Ciências da Terra, N° 13*. USP1971.
- _____, Territorialiser l'Environnement; Un objectif pour la Géographie. Toulouse. *Geodoc. N° 37*. 1-17.. 1992.
- CHAVES, e. Salinas & RODRIGUEZ, J. Mateo. La capacidad de carga de los Paisajes; Su Analisis y Evaluacion. *Geosul*. UFSC. N° 16.. 1993.
- CORRÊA, R. Lobato. Região e Organização Espacial. SP. Editora Ática. 1986.
- _____, Interações Espaciais. In Castro, I. E. de, Gomes, P. C. da C. & Corrêa, R. L. (orgs.) *Explorações Geográficas*. RJ. Editora Bertrand Brasil. 1997.
- COY, Martin. The Frontier of North Mato Grosso Between Soy-bean Production, Timber extraction and Gold Mining. Incorporation and Differentiation of New social spaces by Private Colonization and Spontaneous Processes. *The Incorporative Drive*. Germany. Verlag Breitenbach Publishers. 1991.
- _____, Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. Transformação Sócio-econômica e Desafios para o Planejamento nas Frentes Pioneiras. *Geosul* 19/20, ano X. 1995.
- DAVIDOVICH, Fany. Gestão do Território, um Tema em Questão. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro 53(3): 7-31. IBGE. 1991.
- DELPOUX, Marcel. Ecosistema e Paisagem. *Métodos em Questão*. SP. N° 7.
- EDWARDS, C. A. et al. The Role Agroecology and Integrated Farming Systems in Agricultural Sustainability. *Agriculture, Ecosystems and Environment*. 46(1993) 99-121. Amsterdam. 1993.

DUARTE, A. Capdeville. Regionalização Considerações Metodológicas. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro. 10(20). 5-32. 1980

DURAND, Guy. Environnement et développement. In. *Gestion de L'Environnement et des Ressources Naturelles Agricoles et Rurales*. Rennes. 23-34. 1995.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nation. –A Framework for Land Evaluation. Rome. *Sols bulletin*. 32. 1976.

FEARSLIDE, P. M. Os efeitos das Pastagens sobre a Fertilidade do Solo da Amazônia Brasileira: Conseqüências para a sustentabilidade da produção bovina. *Acta Amazônica*. 10(1) 119-132. 1980.

FERREIRA, Ignez C. B. A Gestão do Espaço Agrário. *Revista Brasileira de Geografia*. RJ. 53(3): 149-159. IBGE. 1991.

FIEMT - Federação das Indústrias de Mato Grosso. Centro Internacional de Negócios. Dados Avulsos. 2000

FORMAN, R.T.T.. & GODRON, M. *Landscape Ecology*. New York. John Wiley and Sons. 1986.

FUNATURA/ITTO. Diagnóstico e avaliação do Setor Madeireiro Brasileiro. Região Centro Oeste. Estado de Mato Grosso. 1995.

GOMES, Paulo César daC. “O Conceito de Região e Sua Discussão”, in Castro, Iná E. de. Gomes P. C. da C. e Corrêa, R. L. (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. RJ. Bertrand do Brasil. 2ª edição. P 49-76. 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter P.Os (Des)caminhos do Meio Ambiente. 2ª edição. SP. Editora Contexto. 1990.

HARVEY, David. *Explanation in Geography*. London. Edward Arnold.1976.

LENCIONE, Sandra. Região e Geografia – Uma Introdução ao Estudo da Noção de Região. Tese apresentada para o concurso de Livre-docência. SP. USP. 1997.

MACHADO, Lia. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. RJ.54(2). 27-55.. 1992.

- MEFFE, G K; CARROLL R.C. Principles of Conservation biology. Sunderland, Sinauer. 1994
- MEIRA, Alcyr B. de Souza. Amazônia – Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia*. RJ. 53(3): 133-147. IBGE.1991.
- MONBUREAU, François. Environnement et Développement Rural. In *Gestion de L'Environnement et des Ressources Naturalles Agricoles et Rurales*. Rennes p.11 – 21. 1995.
- MOUCHET, C. Les Fonctions de L'Agriculture et les Demandes de la Société. Politiques pour L'Agriculture et L'Environnement. In *Gestion de L'Environnement dt des Ressources Naturalles Agricoles et Rurales*. Rennes. 1995.
- ODUM, P. E. Ecologia. RJ. Editora Guanabara. 1988.
- PRODEAGRO – Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso. Dinâmica Econômica. 1999
- SKOPEC. V. e VÁCHAL, J. Method of Evolution and Control of Stabilizing Processes in Landscape System. *Geografia Teorética*. 19 (37 – 38) 5 - 27. 1999.
- SOJA, E. W. Geografias Pós Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. RJ. Jorge Zahar Editor. 1993.
- SOUZA HIGA, Tereza C. C. Aspectos da Organização do Espaço em um trecho do Pantanal de Mato Grosso. Rio Claro, SP. Dissertação de Mestrado. UNESP. 1987.
- SOUZA, Tereza C. C. Processo de Ocupação do Pantanal Mato-grossense. *Revista Mato-grossense de Geografia*. Cuiabá. MT. Nº 00. 103 -118. 1995.